

V SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

18 a 19 de Fevereiro de 2016

UM ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUAS CONSEQUÊNCIAS MORTAIS: O FEMICÍDIO

Eloise Caroline da Silva (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR, Brasil); Pollyana Santiago Arantes (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR, Brasil); Glaucia Valéria Pinheiro de Brida (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR, Brasil).

contato: eloise.caroline.silva@gmail.com

polly.santiago08@gmail.com

Palavras-chave: Mulheres. Violência contra a mulher. Femicídio.

Muito se tem discutido, recentemente, acerca da violência contra as mulheres no âmbito das Políticas Públicas, o que, conseqüentemente, resultou na criação das Delegacias da Mulher, da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, no desenvolvimento das Políticas de Saúde Integral da Mulher, na elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência, entre diversos outros dispositivos, serviços e políticas. Este estudo tem como foco o femicídio, fenômeno que diz respeito a uma das conseqüências mortais da violência de gênero: o homicídio de mulheres devido a sua condição de serem mulheres.

Os homicídios de mulheres resultantes da violência de gênero são denominados de femicídio. A expressão femicídio foi formulada e empregada pela primeira vez por Diana Russell, no Tribunal Internacional dos Crimes Contra as Mulheres, que realizou-se em Bruxelas, em 1976, organizado por feministas (TELES e MELO, 2003; PASINATO, 2011). Anos depois, Diana Russell juntamente com Jill Radford, escreve o livro “The Politics of Woman Killing”, publicado em 1992, no qual o conceito de femicídio é elaborado. Segundo as autoras,

Femicídio está no extremo de um continuum de terror anti-feminino que inclui uma ampla variedade de abuso verbal e físico, como estupro, tortura, escravidão sexual (particularmente na prostituição), abuso sexual infantil incestuoso e extrafamiliar, espancamento físico e emocional, assédio sexual (no telefone, na rua, no escritório, e na sala de aula), mutilação genital (clitoridectomia, excisão, infibulação), operações ginecológicas desnecessárias (histerectomias gratuitas), heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (criminalizando contracepção e aborto), psicocirurgia, a negação de alimentos para as mulheres em algumas culturas, cirurgia estética, e outras mutilações em nome de embelezamento. Toda vez que essas formas de terrorismo resultar em morte, eles se tornam femicídios (RUSSELL e CAPUTI, 1992, p.15, tradução nossa).

A partir do exposto, o objetivo deste trabalho é compreender quais fatores estão relacionados com a ocorrência de femicídios no Brasil nas últimas décadas. Para tanto, o

V SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

18 a 19 de Fevereiro de 2016

presente trabalho baseou-se em publicações na área da Psicologia e da Saúde Coletiva que abordam as temáticas femicídio, violência de gênero e assassinato de mulheres no cenário brasileiro. Trata-se, portanto, de um estudo teórico realizado por meio de levantamento bibliográfico e análise textual e conceitual.

O seguinte trabalho utilizou metodologia de cunho teórico, denominado Estado da Arte. Portanto, trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico acerca das publicações científicas que abordam a temática dos assassinatos de mulheres derivados da violência de gênero, isto é, dos femicídios. Primeiramente, foi realizado um levantamento nos bancos de dados (Scielo) sobre a temática femicídio, violência de gênero e assassinato de mulheres no cenário brasileiro. Após este levantamento, houve a seleção das publicações consideradas relevantes para serem discutidas e analisadas no âmbito deste trabalho. Foram selecionadas e analisadas 32 publicações, dentro do período de 1999 e 2014, na forma de artigos, cartilhas, documentos e informativos. A seleção e a análise dos textos que integraram esta pesquisa realizou-se sob a lente das teorias da Psicologia Social, com ênfase em autores de referência que tratam das temáticas de gênero, violência e discriminação de gênero.

Os resultados encontrados foram apresentados em categorias, as quais abarcam os fatores que estão relacionados com a ocorrência de femicídios no Brasil nas últimas décadas. Essas categorias estão expostas de acordo com a seguinte organização: primeiramente, tratam das questões ideológicas que permeiam os femicídios; em seguida, das questões culturais da sociedade; depois, discorrem acerca do sistema brasileiro como rede de proteção e enfrentamento da violência contra a mulher; por fim, versam sobre a mulher como vítima de uma combinação de fatores que a tornam vulnerável e resultam em sua morte.

Antes da análise dos fatores, em um primeiro momento é abordada uma categoria, denominada “Quanto ao uso de femicídio e feminicídio”, a qual trata sobre o uso destas terminologias e suas definições empregadas nas publicações selecionadas, analisando os pontos de concordância e discordância entre os autores, assim como as contribuições que as terminologias agregam ao entendimento desse fenômeno. Dos 32 estudos selecionados e analisados, 9 destes usam a terminologia femicídio para referir-se a morte de mulheres decorrentes da violência de gênero, 2 publicações fazem referência ao termo feminicídio, ora usado como sinônimo de femicídio, ora com definições distintas. Foram encontrados, também, autores que mencionam o termo femicídio sem defini-lo como violência de gênero e, por outro lado, há aqueles que mencionam o homicídio de mulheres relacionando com a

V SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

18 a 19 de Fevereiro de 2016

questão de gênero, mas não utilizam as terminologias femicídio ou feminicídio. A compreensão da violência contra as mulheres, de modo predominante nos estudos, está correlacionada com a violência de gênero. Afirmar que as mulheres estão morrendo pelo fato de serem mulheres implica em um entendimento de uma ideologia de gênero que impõe desigualdade, justifica e reproduz, por meio dos discursos da sociedade, uma hierarquização do feminino em detrimento do masculino. O surgimento do termo femicídio e, anos depois, do termo feminicídio, vem para denominar e contribuir para a compreensão deste crime, que, acima de tudo, denuncia uma sociedade não igualitária, machista e sexista (AZEVEDO, 2005; MENEGHEL E HIRAKATA, 2011; ROMIO, 2011).

Depois, na categoria “Patriarcado e desigualdade de gênero”, é discutido o patriarcado como a ideologia que fundamenta a violência de gênero e a desigualdade entre os gêneros como um fator apontado na grande maioria dos estudos analisados como correlacionado ao femicídio. Nesta categoria, também é explorado acerca da construção histórica do entendimento da mulher como ser de direitos. Dentre as 32 publicações selecionadas e analisadas, 11 apontam fatores relacionados com a incidência do feminicídio. Há, ainda, 10 publicações que, apesar de não citarem as terminologias femicídio e/ou feminicídio, apontam fatores relacionados com o assassinato de mulheres. Compreende-se que o ponto central e de concordância entre todos os autores supracitados, trata-se da questão de gênero e a reprodução do seu discurso de desigualdade como base que fundamenta e fecunda a violência de gênero e, conseqüentemente, o femicídio. Portanto, o sistema de dominação patriarcal, a desigualdade de gênero, o femicídio e todas as formas de violência contra as mulheres estão interrelacionados e são resultados da interação desses fatores, conseqüências das diferenças de poder entre homens e mulheres e condição para a manutenção dessas diferenças (BLAY, 2003; GOMES e POUGY, 2012; AZEVEDO, 2005; PASINATO, 2011).

Em seguida, na terceira categoria, “Ineficiência dos serviços e Políticas Públicas brasileiras e a Rota Crítica”, trata sobre os fatores segurança das mulheres e dos problemas quanto as notificações das mortes destas, que resultam numa dificuldade de enfrentamento do femicídio. Dos 32 estudos analisados, 10 desses consideram essa ineficiência um problema que colabora para o femicídio, pois, quando há falhas nos serviços que protege e auxilia a vítima, esta fica à mercê de sua própria sorte. Ainda, 6 estudos retratam o problema das notificações, isto é, a morte de mulheres, na grande maioria das vezes, não é especificada, tornando a causa e circunstância reais de sua morte desconhecidos. Pode-se inferir que uma

V SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

18 a 19 de Fevereiro de 2016

das consequências da ineficácia da segurança oferecida a mulher é a morte desta, em outras palavras, o femicídio. Juntamente com essa segurança deficiente que custa a vida de milhares de mulheres, se encontra o problema dessas mortes não serem tipificadas considerando a questão de gênero que as permeiam. Quando se negligencia que esses assassinatos estão fundamentados na discriminação e desigualdade de gênero, forma-se um ciclo de culpabilização da mulher pelo crime do qual ela foi a vítima (BLAY, 2003; SCHRAIBER, 2006-2012; BRASIL, 2011).

Por conseguinte, a categoria “Impunidade do agressor e revitimização da mulher”, discute o fato de que a negligência, a desqualificação e a ineficiência das redes de enfrentamento a violência contra a mulher resultam no fator impunidade do agressor, que, por sua vez, revitimiza a mulher e não lhe apresenta soluções eficazes para sair da condição de violência e, conseqüentemente, evitar o femicídio. Dentre os 32 estudos elencados, 10 abordam essa temática. Desse modo, a impunidade do agressor apresenta uma correlação com a morte de mulheres no Brasil. Esta correlação deve-se ao fato de que a negligência, a desqualificação e a ineficiência das redes de enfrentamento a violência contra a mulher, acima já mencionadas, resultam no fator impunidade do agressor. Nesse sentido, o que está em jogo é a vida de milhares de mulheres, que por falta de responsabilização e, por sua vez, punição dos agressores, podem levar a morte destas mulheres (AZEVEDO, 2005; SCHRAIBER, 2006-2012; BLAY, 2003).

Por fim, a última categoria, chamada “Perfil da vítima”, aborda sobre os fatores etnia/cor e socioeconômico. Dentre as 32 publicações consultadas, os fatores raça/cor e socioeconômico aparecem em apenas 4 destas. Diante da pequena quantidade de estudos, percebe-se que não há um consenso entre os autores sobre o perfil da mulher vítima de violência nem quanto aos fatores. Paralelamente, a expressiva grande maioria das publicações selecionadas para esta pesquisa, defendem que a violência contra as mulheres se mostra como um problema que atinge mulheres de idades variadas, independente de sua classe social, raça ou etnia que pertençam, não contribuindo para uma visão acerca das particularidades destas mulheres que estão morrendo devido a sua condição de ser mulher (BRASIL, 2011; GOMES e POUGY, 2012; BLAY, 2003).

Concluindo, foi possível observar uma certa constância quanto ao entendimento da violência contra as mulheres nas publicações e estudos. Os fatores elencados durante este trabalho exercem relação de influência sobre a ocorrência dos femicídios, uma vez que não

V SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

18 a 19 de Fevereiro de 2016

são dados como causa-efeito, mas compreendidos como a combinação de inúmeros fatores que corroboram para a vulnerabilidade das mulheres e suas mortes. Portanto, embora os femicídios tenham como raiz comum a discriminação e a subordinação das mulheres em relação aos homens, as mortes são heterogêneas e complexas. Daí a necessidade de se desenvolver políticas públicas, educacionais e econômicas que contribuam para a diminuição das desigualdades, tanto sociais quanto de gênero, que auxiliem na construção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres.

Referências

AZEVEDO, Leticia Rodrigues. **A Eficácia da Casa-Abrigo Como Estratégia de Diminuição dos Femicídios Perpetuados por Parceiros Íntimos**. São Carlos-SP: UFSCAR, 2005. 31p. Monografia Centro de Educação e Ciências Humanas, Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, f. 49, p. 87- 98, SET de 2003.

BRASIL, Presidência da República. Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres/ Secretaria de Políticas para Mulheres, Secretaria Nacional de Enfretamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília, 2011.

GOMES, Izabel Solyszko; POUGY, Lilia Guimarães. **A Violência de Gênero em sua Expressão Letal: Femicídios**. Trabalho apresentado a IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luiz/Maranhão-Brasil, 2012.

MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vânia Naomi. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Saúde Pública**, Rio Grande do Sul, Vol. 45, n. 3, p. 564-574, 2011.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 37, p. 219-246, jul/dez. 2011.

ROMIO, J. A. F. Femicídio na Cidade. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 15-25, agos./dez. 2011.

RUSSELL, Diana E. H.; CAPUTI, Jane. Femicide: Sexist Terrorism against Women. In: RUSSELL, Diana; RADFORD, Jill. **Femicide: The Politics of Woman Killing**. New York: Twayne Publishers, 1992. p. 13-21.

SCHRAIBER, L. B. et al. Assistência a mulheres em situação de violência – da trama de serviços à rede intersetorial. **Athenea Digital**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 237-254, novembro 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra mulher**. 1ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.